

ATA Nº 02/2012
COMISSÃO DE GRADUAÇÃO

1 Aos quinze dias do mês de março de dois mil e doze, no horário das catorze horas e vinte e oito
2 minutos, no auditório A112-0 do Bloco A da Universidade Federal do ABC (UFABC), sita à Avenida dos
3 Estados, 5001, Santo André, SP, realizou-se a II sessão ordinária da Comissão de Graduação (CG),
4 previamente convocada e presidida pelo Pró-Reitor de Graduação, Derval dos Santos Rosa, com a
5 presença dos seguintes membros: Ahda Pionkoski Grillo Pavani, Coordenadora do curso de
6 Engenharia de Energia; Arnaldo Rodrigues dos Santos Junior, Diretor do Centro de Ciências Naturais e
7 Humanas (CCNH); Carlos Alberto da Silva, Coordenador do curso de Bacharelado em Ciências
8 Biológicas; Cícero Ribeiro de Lima, Coordenador do curso de Engenharia Aeroespacial, Cristiane Otero
9 Reis Salum, Vice-Coordenadora do curso de Bacharelado em Neurociência; Daniel Miranda Machado,
10 Coordenador do curso de Bacharelado em Matemática; Denise Consonni, Assessora Acadêmica da
11 Pró-Reitoria de Graduação; Edson Pinheiro Pimentel, Vice-Diretor do Centro de Matemática,
12 Computação e Cognição (CMCC); Everaldo Carlos Venâncio, Coordenador do curso de Engenharia de
13 Materiais; Fabiana Soares Santana, Coordenadora do curso de Bacharelado em Ciência da
14 Computação; Felipe Cesar Torres Antonio, Representante Suplente dos discentes; Gilberto Martins,
15 Diretor do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS); Giorgio Romano
16 Schutte, Coordenador do curso de Bacharelado em Relações Internacionais; Humberto de Paiva
17 Junior, Vice-Coordenador do curso de Engenharia Ambiental e Urbana; Jabra Haber, Vice-
18 Coordenador do curso de Engenharia de Gestão; José Fernando Queiruga Rey, Coordenador do curso
19 de Bacharelado de Ciências e Tecnologia (BC&T); José Henrique Souza, Coordenador do curso de
20 Bacharelado em Ciências Econômicas; Luciano Soares da Cruz, Vice-Coordenador do curso de
21 Bacharelado em Física; Luiz Henrique Bonani do Nascimento, Coordenador do curso de Engenharia de
22 Informação; Mirian Pacheco Silva, Vice-Coordenadora do curso de Licenciatura em Ciências
23 Biológicas; Patrícia Del Nero Velasco, Coordenadora do curso de Licenciatura em Filosofia; Roberto
24 Jacobe Rodrigues, Vice-coordenador do curso de Engenharia de Instrumentação, Automação e
25 Robótica; Sandra Irene Momm Schult, Coordenadora do curso de Bacharelado em Planejamento
26 Territorial; Vagner Guedes de Castro, Representante dos técnicos administrativos; Virginia Cardia
27 Cardoso, Coordenadora do curso de Licenciatura em Matemática; Vitor Emanuel Marchetti Ferraz
28 Junior, Coordenador do curso de Bacharelado em Políticas Públicas. Ausentes: Arilson da Silva
29 Favareto, Coordenador do curso de Bacharelado em Ciências e Humanidades (BC&H); Daniel
30 Pansarelli, Coordenador do curso de Bacharelado em Filosofia; Emery Cleiton Cabral Correia Lins,
31 Coordenador do curso de Engenharia Biomédica; Johnny Seron Bispo, representante dos discentes;
32 Luana Mara Almeida Teixeira, Representante dos técnicos administrativos; Marcelo Zanotello,
33 Coordenador do curso de Licenciatura em Física; Vani Xavier de Oliveira Junior, Coordenador do curso
34 de Bacharelado em Química. Não-votantes: Ana Lucia Crivelari, Suplente de técnico-administrativo,
35 Jussara Aparecida Fernandes, Chefe da Divisão Administrativa da Prograd; professor Mario Minami,
36 Chefe da Divisão de Assuntos Educacionais da Prograd, Rail Ribeiro Filho, administrador da Prograd.
37 Apoio Administrativo: Amanda Cássia da Silva Burle, estagiária; M. Aparecida O. Ferreira e Tânia V.
38 Teruel Sywon, secretárias executivas da Pró-Reitoria de Graduação. Havendo quórum legal, o
39 professor Derval dos Santos Rosa cumprimentou os presentes e abriu a sessão às catorze horas e
40 vinte e oito minutos. **Informe da Presidência**: 1) informou que em breve haverá uma reunião da Pró-
41 Reitoria de Graduação com as coordenações dos bacharelados interdisciplinares cuja pauta será a
42 organização dos bacharelados para viabilizar algumas questões sobre o projeto pedagógico. **Informes**
43 **dos membros**: 1) professor Edson Pimentel, Vice-Diretor do CMCC, solicitou que o item do
44 expediente a respeito de bolsa evento fosse promovido à Ordem do Dia. O pedido foi secundado e
45 aprovado com 10 votos favoráveis e passou a ser o terceiro item da pauta; 2) professora Cristiane,

ATA Nº 02/2012
COMISSÃO DE GRADUAÇÃO

1 Vice-Coordenadora, fez um informe a respeito da criação do curso de Bacharelado em Neurociência.
2 Informou que este curso é o primeiro existente no Brasil, mas já existe em outros países. Citou parte
3 da carta que foi enviada pelo professor Peter ao Ministério da Educação (MEC) solicitando a criação
4 do curso: *“a cognição foi contemplada no Projeto Pedagógico da UFABC, como uma área estratégica*
5 *de desenvolvimento científico, sendo esta visão compartilhada por assessores de planejamento nos*
6 *Estados Unidos e Europa que lançaram o conceito de tecnologias convergentes, quais sejam:*
7 *Nanociências, Biotecnologia, Tecnologia da Informação e Neurociência ou Cognição. O Centro de*
8 *Gestão de Estudo Estratégico do Ministério de Ciência e Tecnologia levou isso em consideração*
9 *definindo-as como áreas estratégicas. A UFABC incorporou a cognição na estrutura organizacional do*
10 *CMCC, compondo o grupo de cognição e sistemas complexos, grupo este que agrega docentes de*
11 *todas as áreas. Dada a ausência de um Bacharelado em Neurociência e Cognição no Brasil, os*
12 *idealizadores da instituição propuseram a criação de um curso nesse sentido com enfoque*
13 *interdisciplinar. Os proponentes buscaram averiguar a viabilidade da adequação do bacharelado”.*
14 Explicou que, primeiramente, foi averiguada a necessidade ou a viabilidade de se ter um bacharelado
15 desse tipo no Brasil; a Universidade do Rio Grande do Norte tinha esse interesse, mas, por cautela,
16 não montou o curso até hoje. Foi montada uma comissão de professores eminentes externos à
17 UFABC, de instituições renomadas de cientistas que vieram dar opinião quanto à pertinência ou não
18 do curso, e todos o aprovaram por unanimidade. Além disso, houve uma manifestação dos alunos,
19 totalmente espontânea, que fizeram um abaixo-assinado para a sua criação. Isso ocorreu em 2009 e,
20 nessa época, já existia a disciplina de introdução à Neurociência como disciplina de opção limitada do
21 BC&T. Foram criadas outras disciplinas livres com o intuito de investigar o interesse dos alunos e a
22 possibilidade da criação desse bacharelado. Houve cautela em relação aos laboratórios antes da
23 criação desse bacharelado. Deixou claro que a coordenação do curso tem um grande orgulho em ter
24 criado o primeiro Bacharelado em Neurociência existente no Brasil, com uma infraestrutura que está
25 em construção. Ressaltou que, como não é possível que tudo ocorra ao mesmo tempo, algumas
26 disciplinas já estão sendo ofertadas. Informou com satisfação que há 100 alunos inscritos na disciplina
27 de Introdução à Neurociência e já há alunos inscritos para o Bacharelado. Disse que encaminhará a
28 carta que foi redigida para a abertura do curso, para que todos os membros da CG tenham o
29 conhecimento de como foi esse processo e, para deixar claro que, de forma alguma, foram ofertadas
30 disciplinas sem haver capacidade para tal. **Ordem do Dia:** 1) Substituição de disciplina obrigatória no
31 Bacharelado de Políticas Públicas. Professor Derval lembrou que ficou pendente da última reunião a
32 análise do anexo referente à convalidação da disciplina Métodos Quantitativos para Ciências Sociais,
33 que passou de opção limitada à obrigatória para o Bacharelado de Políticas Públicas (BPP),
34 substituindo a disciplina Introdução à Inferência Estatística. Professor Vitor ressaltou que precisa ser
35 decidido como será feita a convalidação. Professora Denise esclareceu que será feita uma resolução
36 específica para as convalidações destas disciplinas. Ressaltou que as convalidações devem ser bem
37 definidas, pois afetam o histórico dos alunos em vários cursos. Após ampla discussão sobre o sentido
38 da convalidação, houve consenso de que a convalidação ocorrerá da seguinte forma: no âmbito do
39 Bacharelado em Ciências e Humanidades, as disciplinas Introdução à Inferência Estatística (BC1415) e
40 Métodos Quantitativos em Ciências Sociais (BH1227) convalidam-se mutuamente e, para todos os
41 cursos de graduação, a disciplina BC1415 convalida a disciplina BH1227, mas não o contrário. 2)
42 Proposta de Resolução que substitui a resolução CG nº 01/2010, estabelecendo normas e
43 procedimentos para credenciamento e descredenciamento dos docentes nos cursos de graduação da
44 UFABC. Professor Mario Minami substituiu o relator, professor Daniel Pansarelli. Procedeu ao
45 seguinte relato: *o documento trata das definições de credenciamento e descredenciamento, do tipo*

ATA Nº 02/2012
COMISSÃO DE GRADUAÇÃO

1 *de curso e do fluxo padrão que cada docente terá que seguir para ser credenciado ou descredenciado.*
2 *Explicou que o fluxo da solicitação de credenciamento deve ser iniciado pela coordenação do curso,*
3 *sendo que o conselho de Centro referenda o pedido, e a homologação é feita pela CG. No caso dos*
4 *bacharelados interdisciplinares, o fluxo é quase o mesmo, mas não passa pelo conselho de Centro. No*
5 *caso de um novo curso de formação específica, a coordenação pró-tempore estuda o caso, depois*
6 *passa para a aprovação do conselho de Centro e pela homologação na CG. Tipos de credenciamento*
7 *que a proposta de resolução contempla: a) compulsório, no ato da posse, por determinação da*
8 *Diretoria do Centro responsável pela vaga, em um ou mais cursos específicos e no BI correlato; b)*
9 *compulsório, após redistribuição de outra IFES, idem ao anterior; c) por solicitação do docente. Tipos*
10 *de descredenciamento: a) voluntário (solicitação do docente) b) compulsório (solicitação da*
11 *coordenação) – docente que não participe de atividades de ensino específicas do curso, por 2 anos, se*
12 *em exercício efetivo – docente que não manifeste interesse em continuar no curso, por ocasião de*
13 *consulta ao corpo docente procedida pela coordenação (fins de avaliação dos cursos). Demandas de*
14 *ajuste na Resolução ConsUni nº 47: a) docente passa a poder se descredenciar do “curso da área de*
15 *ingresso”, desde que credenciado em outro curso do mesmo centro, com anuência do conselho de*
16 *Centro. Não exclui o fluxo padrão acima indicado; b) mudança de docentes de um centro para outro,*
17 *por meio de descredenciamento e credenciamento, só pode ocorrer mediante anuência de ambos os*
18 *Centros envolvidos e compensação de vaga. Não exclui o fluxo padrão acima indicado; c) permitido o*
19 *credenciamento de um docente ao bacharelado e à licenciatura da mesma área, mesmo que, nesta*
20 *condição, o docente fique credenciado em mais de 3 cursos de formação específica; d) alteração no*
21 *número de docentes credenciados a um curso, por meio de credenciamentos e descredenciamentos,*
22 *implicará em mudança na quantidade de representantes discentes e TAs nas plenárias e coordenações*
23 *apenas por ocasião das próximas eleições. O presidente abriu o tema para comentários. Professor*
24 *Edson Pimentel comentou que o fato de um professor credenciado não participar de uma atividade*
25 *docente, como por exemplo, ministrar uma disciplina, pode ocorrer porque ele não consegue e não*
26 *porque não o queira. Alertou que, para o professor participar de atividades docentes, não precisa*
27 *estar credenciado, e que se credencia para compor a plenária, eleger e ser eleito. Levantou a questão*
28 *de o docente se credenciar e, por exemplo, solicitar em pouco tempo o descredenciamento, fato que*
29 *a resolução permite. Professor Arnaldo alertou quanto ao caso de o docente se descredenciar de um*
30 *curso de ingresso, e se credenciar em outro, pois ficaria uma lacuna que deveria ser compensada de*
31 *alguma forma, uma vez que o curso que fez o credenciamento estava contando com aquela vaga.*
32 *Alertou, também, que se deve tomar cuidado com o limite de descredenciamentos entre os Centros.*
33 *Por enquanto, temos vaga para concurso, mas daqui a pouco não vamos ter mais e vai ser um*
34 *problema, mas ponderou que, nessa resolução, não cabe tal destaque. Professor Daniel chamou a*
35 *atenção para o fato de que atividades de ensino não são apenas aulas. Professor Derval destacou que*
36 *poderá ser substituída a nomenclatura “atividades de ensino” por “atividades acadêmicas”. Como*
37 *não houve mais destaques, a proposta foi colocada em votação, sendo todos os membros favoráveis*
38 *por sua aprovação com a substituição de nomenclatura proposta: troca de “atividades de ensino” por*
39 *“atividades didáticas” no parágrafo 1º do Art. 9º. 3) Proposta de Resolução que regulamenta os*
40 *procedimentos para concessão de bolsa auxílio para a participação em eventos estudantis de caráter*
41 *científico aos discentes de Graduação. O servidor Rail representou o professor Fernando Sales,*
42 *membro da Comissão de Análise ao Auxílio Evento. Explicou que a Resolução ConseEP nº 26 é a*
43 *original e a nº 50 a complementou. Apresentou um histórico da resolução: *a resolução nº 26 é de**
44 *2008, da gestão do professor Fazzio e foi criada com o intuito de auxiliar a participação dos alunos em*
45 *eventos estudantis. Na época, a redação do art. 1º englobava eventos científicos e culturais,*

ATA Nº 02/2012
COMISSÃO DE GRADUAÇÃO

1 *desportivos de lazer e cidadania, o art. 2º descrevia os critérios, no 3º havia uma proposta de*
2 *calendário para solicitação do recurso que era trimestral, o art. 4º falava que não era possível fazer*
3 *reembolso, e no 5º, as considerações finais. Posteriormente, cerca de um ano depois, aprovou-se a*
4 *resolução nº 50, na gestão do professor Waldman. Foi alterado o segundo e o terceiro artigos, em que*
5 *o recurso tinha que ser especificado para inscrição, passagens, hospedagem e, também, alterou o*
6 *calendário trimestral que começava a gerar problemas. Então, essa resolução só complementava a nº*
7 *26. Ainda estamos trabalhando com base nessas resoluções que prevê uma série de fluxos que estão*
8 *desatualizados, uma vez que nessa época ainda não tinha sido criada a Pró-Reitoria de Assuntos*
9 *Comunitários e Políticas Afirmativas (Proap). Para complementar o histórico, a Prograd instituiu a*
10 *comissão que avalia a concessão de bolsa evento em abril de 2011. Estamos com dificuldade quanto*
11 *aos recursos. As solicitações estão crescendo muito com tendência de crescer ainda mais, e há*
12 *iniciativas das Pró-Reitorias de Extensão e de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas de criarem*
13 *seus próprios programas de auxílio. A sugestão é separar a resolução de modo que a Prograd fique só*
14 *com o auxílio na participação de eventos de caráter científico. Apresentou os artigos da nova*
15 *proposta: o art. 1º vai alterar a resolução anterior; no art. 2º foram colocados os requisitos do*
16 *solicitante; no art. 3º, o calendário e os procedimentos; no art. 4º, os critérios e no art. 5º as*
17 *disposições finais. Basicamente, o corpo da resolução não se alterou, reordenamos a resolução, houve*
18 *uma mudança de ordem e uma adequação de termos, de diárias que não existem mais. As alterações*
19 *são: a separação por pró-reitorias afins, ou seja, a Prograd ficará responsável apenas pelos eventos de*
20 *caráter científico, mantendo o julgamento quanto aos méritos à Pró-Reitoria de Pesquisa (Propes). A*
21 *resolução original vigente diz que eventos de caráter científicos são analisados quanto ao mérito pela*
22 *Propes e, eventos culturais, de cidadania e esportivos são analisados pela Pró-Reitoria de Extensão*
23 *(Proext), pois na época não existia a Proap. Foi feita uma readequação dos fluxos, procedimentos e*
24 *critérios, sem alterar o mérito do que estava na resolução original. Adequou-se especialmente a parte*
25 *orçamentária. Essa verba utilizada é específica para esse fim. O recurso destinado não poderá*
26 *ultrapassar um centavo e, se não for usado, não poderá ser destinado para outra finalidade, e se*
27 *sobrar, voltará para os cofres da União. Justificativas: a resolução original cita que os eventos podem*
28 *ser de caráter científico, cidadania e esportivos, mas que a prioridade é a apresentação de trabalhos.*
29 *Após a análise do mérito, 99% dos casos pelo Comitê do Programa de Iniciação Científica (CPIC), a*
30 *Comissão de Auxílio a Eventos da Prograd analisa a restrição orçamentária, seguindo o que diz a*
31 *resolução quanto à prioridade. Apresentou o seguinte balanço do ano de 2011: Foi solicitada uma*
32 *verba de 80 mil, numa média por solicitação de 570 reais. Obteve-se um total de 182 solicitações, das*
33 *quais 15 indeferidas porque não atenderem a resolução, 27 canceladas pelo solicitante que não*
34 *recebe a verba integral e acaba desistindo, e 140 atendidas. Foram 182 solicitações; se imaginarmos*
35 *que em maio teremos cerca de 7 mil alunos, não é um número muito grande. Concluiu ressaltando*
36 *que as solicitações não são atendidas integralmente e que acredita que, separando-se as resoluções*
37 *de acordo com os tipos de eventos (concentrando esta resolução nos eventos científicos), poderá*
38 *acarretar na diminuição das dificuldades orçamentárias. Professor Derval abriu o tema para*
39 *discussões. Foram levantados os seguintes pontos: 1) abrir a possibilidade de escolher a passagem*
40 *aérea no lugar do transporte terrestre quando o primeiro for mais vantajoso; 2) deixar o valor do*
41 *auxílio autorreajustável; 3) aumentar o prazo para entrega do relatório de viagem; 3) substituir o*
42 *termo “científico” por “científico, acadêmico e tecnológico”, de forma a se englobarem jornadas de*
43 *empreendedorismo, competições de equipes, etc.; 4) eventos tecnológicos muitas vezes não tem*
44 *autoria, trata-se de uma competição acadêmica, onde não há um autor, e sim participantes da*
45 *equipe, como por exemplo, competições de robótica que são de natureza acadêmica; 5) ampliar o*

ATA Nº 02/2012
COMISSÃO DE GRADUAÇÃO

1 recurso orçamentário e criar uma nova rubrica, pois seria mais vantajoso separar os tipos de evento
2 em resoluções diferentes; 6) quem avaliaria o mérito dos eventos de caráter acadêmico e
3 tecnológico. Após discussões, foram colocados em votação os seguintes destaques: 1) ampliar o
4 caráter científico para acadêmico e tecnológico, aprovado com 9 votos favoráveis. Todas as
5 adequações relativas a essa aprovação serão realizadas no texto da resolução; 2) art. 1º, inciso I:
6 passagem aéreas e terrestre, exceto taxi, e retirada do inciso II, aprovados por unanimidade; 3) houve
7 consenso de que a análise quanto ao mérito continuará a cargo da CPIC; 4) item 4.1: o valor do auxílio
8 será reajustado anualmente pelo IPCA, todos foram favoráveis; 5) o relatório de atividades
9 desenvolvidas deverá ser apresentado no prazo de 15 dias. Todos foram favoráveis. A resolução como
10 um todo foi aprovada por unanimidade. **Expediente.** 1) Calendário das reuniões ordinárias de 2012.
11 Foi solicitado prever-se no calendário as reuniões de continuação. O item passará para a Ordem do
12 Dia da próxima reunião ordinária. 2) Proposta de projeto piloto para mediação da educação por novas
13 tecnologias de informação e comunicação na modalidade semipresencial. Professora Denise informou
14 que participou de um grupo de trabalho nomeado pela reitoria no ano passado, com representantes
15 de vários setores da Universidade, e que trabalhou de julho a dezembro. Este grupo entregou um
16 relatório final com propostas para a criação do Núcleo de Tecnologias Educacionais (NTE). Explicou
17 que o reitor solicitou ao grupo estudar a necessidade de se criar esse núcleo e quais seriam suas
18 atribuições. *Estudamos vários aspectos do que implicaria esse Núcleo de Tecnologias Educacionais,*
19 *não só para dar apoio ao ensino presencial, mas também, para o ensino a distância e semipresencial.*
20 *Um dos resultados, foi a proposta de criação do NTE, através de uma resolução ConsUni. Outro pedido*
21 *do reitor foi para estudar a possibilidade de ofertar algumas das nossas disciplinas, na forma*
22 *semipresencial, para os alunos que já a cursaram, mas que foram reprovados por desempenho e não*
23 *por presença. De modo que já estaríamos nos preparando para uma portaria do governo, que diz que*
24 *em qualquer curso presencial podem ser ofertadas atividades na forma semipresencial, num total de*
25 *até 20% dos créditos do curso. A disciplina escolhida foi Processamento da Informação, pois o grupo*
26 *julgou que seria uma disciplina bastante adequada para esse tipo de experiência. Assim como foi feito*
27 *em outros projetos pilotos, faremos uma tentativa e analisaremos profundamente os resultados para*
28 *eventualmente ser aplicado em outras disciplinas.* Passou a palavra ao professor Edson Pimentel para
29 fazer a apresentação da proposta. Professor Edson explicou que a modalidade semipresencial é
30 aquela em que o estudante realizará parte do curso sem a presença física do professor, mas
31 monitorado por ferramenta de NTICs, ou seja, num ambiente virtual de aprendizagem. Apresentou os
32 objetivos desse projeto: incentivar o uso de novas tecnologias na mediação da educação que envolve
33 professor, estudante e conteúdo, o que, de certa forma, diversos professores já fazem quando
34 utilizam o TIDIA, (atualmente mais como suporte do que como ferramenta de comunicação);
35 experimentar o uso de NTICs na Educação num contexto controlado - existem diversas universidades
36 que ofertam cursos de graduação a distância; experimentar e avaliar os resultados e expandir para
37 um outro cenário - a ideia do projeto piloto é contemplar 120 vagas da disciplina Processamento da
38 Informação em duas turmas. Hoje esta disciplina tem sido ministrada presencialmente com turmas
39 teóricas de 90 alunos e turmas de laboratório com 30 alunos. Explicou, também, que cada turma terá
40 um professor responsável e dois monitores previamente selecionados e capacitados. No período de
41 matrículas os alunos serão informados sobre as vagas disponibilizadas na modalidade semipresencial.
42 Poderão matricular-se apenas os alunos que já tenham cursado a disciplina na modalidade presencial
43 e que tenham sido reprovados por conceito. Ressaltou que, em tese, será feito o experimento no pior
44 cenário, ou seja, aluno repetente que tem dificuldade no aprendizado. Etapas do projeto: seleção de
45 docentes responsáveis que tenham sido capacitados com aprovação no curso de novas tecnologias e

ATA Nº 02/2012
COMISSÃO DE GRADUAÇÃO

1 metodologias para educação, ofertado pela UAB, e que já tem sido ministrado há dois anos. Já temos
2 dois cursos de especialização na modalidade a distância, que tem cerca de 30 professores envolvidos;
3 seleção e capacitação de monitores: os professores responsáveis pela execução do projeto
4 selecionarão previamente quatro monitores que serão encaminhados para essa capacitação;
5 planejamento das disciplinas: nesta etapa os professores responsáveis deverão organizar o material
6 instrucional da disciplina até o final do primeiro quadrimestre de 2012 - a ideia é de que a aplicação
7 desse projeto piloto seja feita no 3º quadrimestre, a partir de setembro; análise de resultados: os
8 professores responsáveis deverão elaborar um relatório circunstanciado acerca dos resultados
9 alcançados no projeto piloto, destacando pontos fortes e fracos, bem como o desempenho dos
10 estudantes e monitores. Na etapa de execução da disciplina, o projeto piloto terá 3 encontros
11 presenciais obrigatórios, quais sejam a aula inaugural e duas avaliações presenciais. Haverá, ainda,
12 dois encontros presenciais não obrigatórios, onde o professor estará disponível presencialmente e os
13 alunos poderão comparecer para fazer esclarecimento de dúvidas. Lembrou que essas tecnologias
14 possuem ferramentas de comunicação que poderão ser utilizadas a qualquer momento, inclusive há
15 algumas regras para o tempo de resposta. Acrescentou que os estudantes realizarão atividades
16 semanais, teóricas ou práticas, que deverão ser postadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem e que
17 comporão a avaliação da disciplina, ou seja, o aluno será monitorado constantemente. Os estudantes
18 deverão receber realimentação sobre exercícios postados, num prazo de 72 horas, e as respostas aos
19 estudantes em relação às dúvidas não poderão ultrapassar de 36 horas. Lembrou, ainda, que quem
20 responde às dúvidas não é apenas o professor, mas também o monitor, que será escalado para esta
21 disciplina. Informou que haverá sempre um laboratório de informática reservado por 4 horas
22 semanais, em horários pré-definidos, com a presença de monitores para atender aos estudantes que
23 necessitarem realizar atividades práticas na UFABC. Explicou que o grupo ficou em dúvida em relação
24 a essa necessidade, mas a Universidade deve dar condições ao aluno que não tiver acesso a internet.
25 Os monitores também farão plantões virtuais, previamente divulgados e agendados com os alunos,
26 através de ferramentas síncronas de comunicação. Concluiu dizendo que o planejamento, a execução
27 e a análise de resultados do projeto piloto terá a duração de 12 meses e a Prograd será responsável
28 pela coordenação geral. Professor Derval parabenizou o trabalho do grupo e lembrou que as
29 resoluções do MEC já preveem que 20% dos cursos de graduação podem ocorrer de forma
30 semipresencial. Abriu para discussão. Professor Daniel Miranda esclareceu que esse curso ficará
31 caracterizado como presencial na modalidade a distância, por isso se pede que o aluno já tenha
32 cursado a disciplina. Professor Arnaldo sugeriu alterar a redação do art. 5º inciso II, pois os encontros
33 não serão obrigatórios. Professora Denise sugeriu, então, incluir que os encontros serão previstos.
34 Professor Edson esclareceu que as questões relacionadas à metodologia de avaliação ficam a critério
35 do professor responsável pela disciplina e, isso não está contemplado no projeto piloto. Professora
36 Denise destacou que a participação do chefe do NTI nesse grupo de trabalho foi fundamental, pois as
37 tecnologias educacionais de oferta a distância demandam infraestrutura especial. Lembrou que na
38 reunião passada foi aprovada a resolução sobre fluxo de alteração de disciplinas, e embora não se
39 tenha dado realce, esta resolução já incluía a proposta de um TPDI, onde “D” seria o número de
40 atividades semipresenciais das disciplinas da UFABC. Alertou que, como cada aluno tem um histórico
41 diferente, será preciso ter formas de controlar esses 20% para que o curso continue sendo
42 considerado presencial. Professor Edson comentou que a grande preocupação quando se decide
43 trabalhar com novas tecnologias na educação é o material instrucional, por ser muito trabalhoso
44 preparar material para a modalidade não presencial. Professor Derval agradeceu a apresentação.

ATA Nº 02/2012
COMISSÃO DE GRADUAÇÃO

1 Tendo em vista o avançado da hora, concordou-se que os demais tópicos serão tratados na reunião
2 de continuação, a realizar-se no dia vinte e dois de março, às catorze horas. -----
3 Aos vinte e dois dias do mês de março de dois mil e doze, no horário das catorze horas e vinte
4 minutos, na sala de reuniões nº 312-1 do Bloco A da Universidade Federal do ABC (UFABC), sita à
5 Avenida dos Estados, 5001, Santo André, SP, realizou-se a continuação da II sessão ordinária da
6 Comissão de Graduação (CG), previamente convocada e presidida pelo Pró-Reitor de Graduação,
7 Derval dos Santos Rosa, com a presença dos seguintes membros: Ahda Pionkoski Grillo Pavani,
8 Coordenadora do curso de Engenharia de Energia; Arnaldo Rodrigues dos Santos Junior, Diretor do
9 Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH); Carlos Alberto da Silva, Coordenador do curso de
10 Bacharelado em Ciências Biológicas; Daniel Miranda Machado, Coordenador do curso de Bacharelado
11 em Matemática; Daniel Pansarelli, Coordenador do curso de Bacharelado em Filosofia; Denise
12 Consonni, Assessora Acadêmica da Pró-Reitoria de Graduação; Emery Cleiton Cabral Correia Lins,
13 Coordenador do curso de Engenharia Biomédica; Everaldo Carlos Venâncio, Coordenador do curso de
14 Engenharia de Materiais; Fabiana Soares Santana, Coordenadora do curso de Bacharelado em Ciência
15 da Computação; Felipe Cesar Torres Antonio, Representante Suplente dos discentes; Giorgio Romano
16 Schutte, Coordenador do curso de Bacharelado em Relações Internacionais; Humberto de Paiva
17 Junior, Vice-Coordenador do curso de Engenharia Ambiental e Urbana; Jabra Haber, Vice-
18 Coordenador do curso de Engenharia de Gestão; Johnny Seron Bispo, representante dos discentes
19 José Fernando Queiruga Rey, Coordenador do curso de Bacharelado de Ciências e Tecnologia (BC&T);
20 José Henrique Souza, Coordenador do curso de Bacharelado em Ciências Econômicas; Luciano Soares
21 da Cruz, Vice-Coordenador do curso de Bacharelado em Física; Marcelo Modesto da Silva, Vice-
22 Diretor do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS); Peter Claessens,
23 Coordenador do curso de Bacharelado em Neurociência; Roberto Jacobe Rodrigues, Vice-
24 coordenador do curso de Engenharia de Instrumentação, Automação e Robótica; Silvana Maria Zioni,
25 Vice-Coordenadora do curso de Bacharelado em Planejamento Territorial; Vagner Guedes de Castro,
26 Representante dos técnicos administrativos; Virginia Cardia Cardoso, Coordenadora do curso de
27 Licenciatura em Matemática. Ausentes: Anderson Orzari Ribeiro, Coordenador do curso de
28 Licenciatura em Química; Arilson da Silva Favareto, Coordenador do curso de Bacharelado em
29 Ciências e Humanidades (BC&H); Cícero Ribeiro de Lima, Coordenador do curso de Engenharia
30 Aeroespacial; Luana Mara Almeida Teixeira, Representante dos técnicos administrativos; Luiz
31 Henrique Bonani do Nascimento, Coordenador do curso de Engenharia de Informação; Marcelo
32 Zanotello, Coordenador do curso de Licenciatura em Física; Patrícia Del Nero Velasco, Coordenadora
33 do curso de Licenciatura em Filosofia; Rosana Louro Ferreira e Silva, Coordenadora do curso de
34 Licenciatura em Ciências Biológicas; Valdecir Marvulle, Diretor do Centro de Matemática,
35 Computação e Cognição (CMCC); Vani Xavier de Oliveira Junior, Coordenador do curso de
36 Bacharelado em Química; Vitor Emanuel Marchetti Ferraz Junior, Coordenador do curso de
37 Bacharelado em Políticas Públicas. Não-votantes: Ana Lucia Crivelari, Suplente de técnico-
38 administrativo. Apoio Administrativo: Amanda Cássia da Silva Burle, estagiária e Tânia V. Teruel
39 Sywon, secretária executiva da Pró-Reitoria de Graduação. Havendo quórum legal, o professor Derval
40 dos Santos Rosa cumprimentou os presentes e abriu a sessão às catorze horas e vinte minutos.
41 **Expediente.** 3. Reforma do Projeto Pedagógico do Bacharelado em Matemática. Professor Daniel
42 Miranda apresentou o Projeto Pedagógico do Bacharelado em Matemática e destacou que as
43 alterações começaram quando o projeto anterior foi finalizado, no final de 2009. Explicou que parte
44 dessas mudanças foi decorrente do sistema de avaliação do curso e pela CPA, em que se percebeu
45 que algumas ementas não eram plausíveis, principalmente no momento em que foram ofertadas,

ATA Nº 02/2012
COMISSÃO DE GRADUAÇÃO

1 pois algumas incongruências foram encontradas. Informou que o projeto pedagógico foi discutido na
2 primeira plenária de curso, onde algumas alterações foram sugeridas e acatadas. Lembrou que,
3 durante o processo de reconhecimento de curso, os avaliadores do MEC apontaram uma série de
4 incongruências que consistiam na forte ênfase em análise, na ausência em álgebra e, principalmente,
5 na não existência de um trabalho de conclusão de curso. Explicou, também, que uma portaria
6 nomeou um grupo de trabalho com grupos temáticos para discussão sobre álgebra, geometria e
7 probabilidade, os quais apresentaram sugestões de modo a se elaborar um projeto pedagógico
8 coerente. Lembrou que o projeto foi submetido à Divisão de Assuntos Educacionais (DAE), que
9 apontou uma série de questões que foram corrigidas e que, posteriormente, o projeto foi aprovado
10 na plenária de curso e no Conselho de Centro. Destacou suas principais alterações: a) inclusão da
11 disciplina obrigatória Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), pois tanto a coordenação do curso
12 quanto os avaliadores do MEC entendem que é importante para a carreira do aluno passar pela
13 experiência de elaborar um texto científico; b) criação de duas novas disciplinas obrigatórias:
14 Expressões Algébricas, que foi inserida no último quadrimestre e Cálculo de Probabilidade, que fica
15 entre Introdução à Probabilidade e Estatística e Probabilidade; c) exclusão da disciplina obrigatória
16 Teoria de Distribuição, substituída por Expressão Algébrica; d) alteração na ementa de Topologia I,
17 que passou a se chamar Topologia; e) mudança do quadrimestre ideal da disciplina Matemática
18 Discreta, em conjunto com a Computação e a Licenciatura em Matemática; f) a disciplina EDO foi
19 deslocada para o final do curso; g) retirada da disciplina de opção limitada Topologia II e, criação, em
20 seu lugar, da disciplina Grupo Fundamental e Espaço de Recobrimento; h) criação das seguintes
21 disciplinas de opção limitada: Teoria Aritmética dos Números II, Introdução às Curvas Algébricas,
22 Grupo Fundamental e Espaço de Recobrimento, Formas Diferenciais, Conexões e Fibrados; i)
23 alteração de ementas: Geometria não Euclidiana e Introdução à Criptografia, e pequenas alterações
24 nas disciplinas das áreas métodos numéricos e probabilidade, que não acarretam a mudança de
25 códigos; j) alterações de T-P-I em diversas disciplinas (retirando o crédito de laboratório quando não
26 necessário); l) novas referências bibliográficas. Concluiu explicando que não houve alteração da carga
27 didática, apesar do novo projeto criar uma obrigatória a mais, pois na versão anterior o aluno cursava
28 duas disciplinas de opção limitada ou o TCC. Todo o projeto foi elaborado de modo a só existirem
29 convalidações mútuas. O presidente abriu o tema para discussões. Professora Denise lembrou que, na
30 última reunião, foi aprovada uma resolução que normatiza as alterações nos Projetos Pedagógicos.
31 Questionou a respeito das etapas que esta resolução prevê. Alertou que não se utiliza a palavra
32 eletiva, e sim opção limitada e que convalidações não são equivalências, pois equivalências são para
33 disciplinas cursadas externamente. Professor Derval esclareceu que o conceito de convalidação é
34 utilizado internamente. Professora Denise enfatizou que é importante que os alunos que estão em
35 curso consigam cursar as disciplinas novas sem serem prejudicados e que as propostas de alteração
36 sejam incluídas num anexo ao PP, para que as instruções aos alunos estejam bem claras em relação
37 ao que será convalidado e qual será a nova matriz sugerida. Professor Daniel ressaltou que, no
38 Projeto Pedagógico, não aparece a palavra eletiva, nem equivalência, e que as convalidações serão
39 feitas em duplo sentido. Explicou que a grade vigente não será alterada e que começará a valer para
40 os alunos ingressantes em 2012. Ou seja, os alunos atuais continuarão nas grades já existentes.
41 Ressaltou que, do ponto de vista dos alunos, as alterações são mínimas, tanto em relação às
42 disciplinas de opção limitada, quanto às obrigatórias, e quando houver uma alteração substancial,
43 será utilizada a convalidação mútua. Professora Denise questionou, em relação às disciplinas do
44 BC&T, se existe alguma proposta de alteração que melhoraria o projeto da matemática ou se
45 continuarão utilizando a matriz de 2009, que é a vigente. Professor Daniel afirmou que a grade

ATA Nº 02/2012
COMISSÃO DE GRADUAÇÃO

1 vigente é a do BC&T de 2009. Professor Derval ressaltou que é importante deixar claro que as
2 alterações neste Projeto Pedagógico são direcionadas aos ingressantes no BC&T de 2012 e que
3 anualmente o catálogo de disciplinas será atualizado de forma que as ementas e as bibliografias
4 permaneçam de acordo com os Projetos Pedagógicos vigentes. Professor Daniel lembrou que o
5 Projeto passou pela análise dos técnicos da Divisão de Assuntos Educacionais, que fizeram a revisão
6 da terminologia educacional. Posteriormente, o projeto foi aprovado e debatido no conselho de
7 Centro, principalmente em relação ao impacto de carga didática. Ressaltou que a questão das
8 convalidações pareceu complicada, principalmente quando as alterações são pequenas, pois não fica
9 claro quando deve ser gerada uma nova disciplina. Ressaltou que o projeto não contém as ementas,
10 mas que estão nos anexos, e que nenhuma ementa comum a outro curso foi alterada sem que
11 houvesse um consenso. Professor José Fernando questionou a respeito de mudanças nas disciplinas
12 de opção limitada do BC&T, visto que o projeto da Matemática identifica as disciplinas obrigatórias,
13 de opções limitadas e livres. Explicou que, uma alteração no PP da Matemática, pode implicar numa
14 mudança do PP do BC&T, e isso precisa ser identificado, pois exige uma retificação do PP do BC&T.
15 Professor Daniel explicou que havia certa quantidade de disciplinas livres que foram diminuídas em
16 quatro para que se pudesse incluir a disciplina Cálculo de Probabilidade. Acrescentou que duas novas
17 disciplinas obrigatórias foram criadas e devem ser incluídas como opção limitada do BC&T. Professora
18 Denise pediu um aparte para dizer que não existe uma obrigatoriedade de que as disciplinas
19 obrigatórias do curso sejam de opção limitada do BC&T. O critério que tem sido usado é que, se elas
20 são comuns pelo menos para dois cursos, poderiam se tornar disciplinas de opção limitada do BC&T.
21 Professora Fabiana ressaltou que as coordenações deveriam fazer um esforço para alinhar a oferta
22 das disciplinas comuns num mesmo quadrimestre. Chamou a atenção para que, a partir do catálogo
23 de disciplinas, se tente fazer esse tipo de alinhamento e trocar o código das disciplinas para que se
24 tornem disciplinas BC, o que tanto simplificaria a oferta, quanto evitaria convalidações
25 desnecessárias. Professor Derval corroborou o comentário da professora Fabiana. Professor Daniel
26 solicitou que o projeto aprovado fosse disponibilizado aos ingressantes. 4. Proposta de Resolução que
27 substitui a resolução ConsEPE nº64 que estabelece regras para a dispensa por equivalência de
28 disciplinas de graduação na UFABC. Professora Denise fez um breve histórico sobre equivalência.
29 Explicou que *costumávamos receber cerca de 500 pedidos de equivalência de alunos que ingressavam*
30 *na UFABC, e que já tinham cursado alguma disciplina externa e com conteúdo similar aos das*
31 *disciplinas da UFABC. Atualmente, estamos recebendo mais de 2000 pedidos de equivalência por ano,*
32 *e a Resolução ConsEPE nº 64 que normatiza a questão da equivalência está totalmente inadequada*
33 *com relação aos prazos e aos próprios requisitos para os alunos apresentarem a documentação*
34 *juntamente com o formulário. A Divisão Acadêmica da Prograd já tinha consciência disso. Com a*
35 *ajuda das divisões acadêmicas dos três Centros e, durante o mês de janeiro, foi elaborada uma nova*
36 *proposta de resolução para equivalência, já colocando a experiência que as divisões acadêmicas*
37 *tiveram nesse tempo e tentando fazer um documento que refletisse a realidade e melhorasse o*
38 *trabalho de todos. O Art. 1º estabelece que as regras para dispensa de equivalência, o aluno poderá*
39 *solicitar dispensa por equivalência de disciplinas já cursadas em outras Instituições de Ensino Superior*
40 *autorizadas ou reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC), as quais foram aprovadas. Isso já*
41 *consiste no primeiro critério e será um dos itens conferido no pedido de equivalência. No processo de*
42 *solicitação de equivalência deverão ser respeitados os dispositivos legais, procurando ser coerente*
43 *com a legislação vigente. A equivalência consistirá apenas no reconhecimento dos créditos cursados*
44 *para fins de integralização de curso e para cálculo de coeficiente de desempenho (notar que não são*
45 *para todos os coeficientes de desempenho. Por exemplo, no cálculo do Coeficiente de Aproveitamento*

ATA Nº 02/2012
COMISSÃO DE GRADUAÇÃO

1 (CA) não entra nenhuma disciplina cujos créditos foram obtidos por equivalência porque elas não têm
2 conceito). O aluno deverá cursar na UFABC 50% do total de créditos necessários à integralização do
3 curso pretendido. Supondo que o aluno solicite a equivalência e esse número ultrapasse 50% dos
4 créditos de disciplinas. Neste caso o aluno deverá cursar mais disciplinas na UFABC para conseguir
5 integralizar os créditos. Os períodos para o recebimento de solicitação de equivalência serão fixados
6 no calendário acadêmico, para evitar que o aluno faça a matrícula na disciplina em que está pedindo
7 a equivalência e, posteriormente, tenha que fazer seu cancelamento. Será feito um calendário de tal
8 forma que o aluno só poderá usufruir da equivalência no quadrimestre seguinte ao da solicitação.
9 Haverá um prazo suficiente para as análises das equivalências. Foram separados alguns critérios cuja
10 conferência poderá ser feita pelo próprio setor de atendimento da Prograd. Será solicitada a ficha
11 individual, o histórico escolar da instituição de origem com os critérios, as notas e os conceitos que o
12 aluno recebeu na disciplina, a ementa e conteúdo programático já com a especificação da carga
13 horária teórica e prática (pois muitos pedidos de equivalência são indeferidos pela falta de
14 laboratório) e, também, a bibliografia. Este foi um pedido dos professores que já fazem a análise de
15 equivalência, porque muitas vezes a bibliografia indica o conteúdo do curso. Os requisitos
16 preliminares para a dispensa estão de acordo com a legislação. O total da carga horária da disciplina
17 cursada deverá ser igual ou superior à carga horária que se pede equivalência. A disciplina deverá ter
18 sido cursada nos últimos dez anos. O aluno não poderá solicitar dispensa por equivalência da mesma
19 disciplina mais de uma vez. O aluno poderá apresentar mais de uma disciplina cursada para dispensa
20 por equivalência de uma única disciplina. O aluno não poderá apresentar a mesma disciplina cursada
21 para solicitação de equivalência de mais de uma disciplina. Era difícil para o professor que estava
22 analisando saber se ele já tinha usado aquela disciplina anteriormente; quem vai fazer essa
23 verificação é o setor de atendimento. O aluno tem o direito de pedir a equivalência, e a universidade
24 tem o direito de indeferir se o professor assim o julgar. Após a entrega dos documentos, será feita a
25 análise qualitativa pelos docentes da UFABC, que é a parte mais importante. A resolução apresenta
26 um fluxo em comum acordo com as divisões acadêmicas dos Centros. A Divisão Acadêmica fará uma
27 análise preliminar, indeferindo os pedidos que estiverem com a documentação incompleta ou não
28 atenderem as documentações exigidas. O coordenador mais recente da disciplina fará o julgamento
29 do pedido de equivalência. No caso de uma determinada disciplina não estar sendo ofertada, será
30 verificado no sistema quem foi o último coordenador. O prazo para a entrega do parecer conclusivo
31 foi aumentado para que haja tempo suficiente para a análise de forma criteriosa. Estamos pedindo
32 que os recursos contra pedidos indeferidos tenham uma justificativa consistente e documentação
33 comprobatória se for o caso. Foi incluída uma instância superior para análise de recursos, no caso das
34 disciplinas obrigatória dos bacharelados interdisciplinares, a Divisão Acadêmica da Prograd enviará
35 diretamente ao coordenador do BI; no caso dos cursos específicos, os recursos serão encaminhados
36 para o coordenador de curso. Publicadas as decisões de recursos, não caberá nenhum tipo de revisão
37 e as solicitações serão devidamente arquivadas, ou seja, não haverá recurso de recurso. O formulário
38 que acompanha o pedido foi elaborado com base na resolução. Ressaltou a importância de o
39 professor que está analisando incluir a justificativa quando o pedido for indeferido, pois já elimina
40 trabalho posterior. Abriu-se para discussões. Professor Daniel Miranda elogiou a resolução. Observou
41 uma pequena incongruência no parágrafo 4º do Art. 1º, onde deveria constar “ao menos 50%”.
42 Sugeriu que se deve prever que, no caso das disciplinas que nunca foram ofertadas, a avaliação fique
43 a cargo do coordenador de curso, quando não houver coordenador de disciplina. O discente Felipe
44 questionou, quanto aos 50% dos créditos totais do curso, se há alguma lei específica ou se a
45 regulamentação é interna. Professora Denise informou que a resolução antiga já previa esse

ATA Nº 02/2012
COMISSÃO DE GRADUAÇÃO

1 percentual e que irá verificar. Felipe, representante discente, comentou a respeito de uma limitação
2 jurídica de um terço e, também, sobre disciplinas que podem equivaler a mais de uma. Acrescentou
3 que trará sugestões quando a resolução voltar à ordem do dia. Sugeriu alterar o formulário para que
4 blocos de disciplinas possam equivaler a outros blocos. Professora Fabiana sugeriu incluir que a
5 solicitação de equivalência fosse direcionada apenas para as disciplinas dos Projetos Pedagógicos
6 vigentes. A representante técnico-administrativa Ana Crivelari sugeriu que seja limitada a
7 equivalência para as disciplinas obrigatórias, pois pode haver casos em que o aluno consegue a
8 equivalência de todas as obrigatórias e só cursa as disciplinas livres e de opção limitada. Sugeriu que o
9 Art. 3º, parágrafo único, fosse deslocado para o Art. 4º após o parágrafo 3º, por entender que,
10 mesmo que o aluno cumpra todos os requisitos preliminares e atinja 75% de conteúdo similar, ainda
11 sim não é garantido que sua solicitação seja deferida, pois depende da análise didática pedagógica do
12 professor. Ainda no Art. 4º, parágrafo 5º, sugeriu que, ao invés de uma semana, estabeleçam-se
13 apenas 5 dias para que seja marcada a data da avaliação. Com relação aos recursos, disse que está
14 fazendo parte do grupo que está estudando as equivalências e fará uma apresentação na próxima CG.
15 A partir daí, haverá outras questões a acrescentar nesta resolução. Solicitou que esse item retorne
16 ainda no expediente na sessão ordinária de 12 de abril. Por fim, em relação ao formulário na página
17 2, no campo análise do professor, propôs que houvesse apenas dois campos: “conteúdo
18 programático cursado não atinge o mínimo de 75%” e “outros”, assim o professor poderá explicar por
19 qual motivo ele indeferiu a solicitação. Professora Denise explicou que, às vezes, a solicitação atende
20 os 75% em relação ao conteúdo, mas podem faltar tópicos relevantes que o professor pode indicar no
21 formulário. Professor Arnaldo sugeriu deixar mais espaços no formulário para preenchimento do
22 docente. Professor Derval sugeriu que o grupo que está fazendo a análise de equivalência faça, antes
23 da próxima CG, uma intervenção com o grupo que elaborou a proposta de resolução, de modo a se
24 poder manter a proposta na ordem do dia da próxima reunião. 5. Projeto Pedagógico do Bacharelado
25 em Planejamento Territorial. Professora Silvana explicou que essa proposta surgiu na plenária do
26 BC&H em meados de 2011, quando se entendeu, pelo sucesso da aprovação do curso de pós-
27 graduação em Planejamento de Gestão do Território, e, também, por entendimentos no Ministério
28 das Cidades junto com o CNPq, que havia uma tendência muito forte em vários países de formar
29 profissionais na área de planejamento territorial que tivessem uma habilitação do ponto de vista das
30 dinâmicas territoriais, da lógica, das redes de infraestrutura e de constituição dos territórios. Explicou
31 que essa nova configuração do espaço territorial brasileiro trazia alguns aspectos importantes e
32 novos, atrelados tanto ao processo de globalização quanto à urbanização, os quais, pela perspectiva
33 das habilidades, pareciam representar uma lacuna a ser ocupada. Por outro lado, a experiência desse
34 grupo de professores no BC&H demonstra que há uma deficiência na graduação brasileira do ponto
35 de vista da formação de planejadores urbanos e regionais, e a proposta de um bacharelado
36 interdisciplinar se configurou em uma oportunidade de ouro dentro do quadro nacional, muito
37 importante na proposta pedagógica da UFABC. A ideia é desenvolver habilidades e competências para
38 atuar em dinâmicas territoriais cada vez mais complexas, seja do ponto de vista da formulação de
39 projetos e programas políticos-territoriais de desenvolvimento, seja pela complexidade que se
40 apresenta de se lidar com múltiplas escalas e, também, a importância que dimensões setoriais como
41 estrutura urbana e o próprio desenvolvimento econômico local e regional vêm ganhando. Informou
42 que, a partir de agosto do ano passado, um grupo de professores se reuniu e elaborou esse projeto
43 que teve o apoio da plenária do BC&H. Destacou que esse grupo de professores coincide quase que
44 completamente com o grupo de professores que estão vinculados ao programa de pós-graduação em
45 Gestão do Território que, de forma inédita, foi aprovado com conceito 4 na CAPES. Em sua opinião,

ATA Nº 02/2012
COMISSÃO DE GRADUAÇÃO

1 isso mostra o quanto essa lacuna existe na formação, são mais de 30 cursos no Brasil em
2 planejamento territorial e a carência dessa visão multidisciplinar nos cursos de Arquitetura, Geografia
3 e Economia reforçam esse caráter. Citou, também, a questão das referências: de fato, o
4 Planejamento Urbano Regional consta da CAPES, mas não do MEC; todavia, no desenvolvimento
5 desse trabalho, desde a reunião junto ao CNPq e ao Ministério das Cidades, verificou-se que é uma
6 tendência para formação, como ocorre na Europa e nos Estados Unidos. Trata-se de um modelo
7 compatível com o projeto Bolonha. Em termos dos objetivos que se quer atingir com esse projeto,
8 destacou alguns pontos principais, quais sejam: a compreensão dos projetos socioeconômicos,
9 ecológicos, culturais e políticos que moldam a dinâmica dos territórios e, principalmente, a lógica, a
10 capacitação de um pesquisador em termos de articulação de campos de conhecimentos para não só
11 analisar e prospectar, mas intervir nesse território nas diversas escalas, a flexibilidade buscada
12 justamente para abranger as diversas modalidades do planejamento estratégico, participativo,
13 situacional e, sobretudo, formar profissionais que vão encontrar grande possibilidade de atuar em
14 campos diferentes. Na iniciativa privada, por exemplo, novos cargos estão sendo criados em alguns
15 Ministérios com o nome de planejador de infraestrutura e não existe essa habilitação. Alguns setores
16 privados buscam esses profissionais para o mercado imobiliário, por exemplo. A estrutura do curso
17 permite a articulação de campo de conhecimento e linha de desenvolvimento de disciplinas, que
18 atenderiam três eixos principais: Leituras das dinâmicas territoriais, Instrumentos e Bases
19 Complementares e Integração e Síntese. O quadro geral de disciplinas visa formar o profissional em 4
20 anos. Mostrou como esses eixos estariam contidos nessas disciplinas, desde as disciplinas obrigatórias
21 e de opção limitada do BC&H, e como seria possível preparar um profissional multidisciplinar
22 habilitado para trabalhar e pesquisar nesse campo. Por fim, citou que a matriz sugerida utiliza muitas
23 disciplinas já existentes e oferecidas pelos Bacharelados em Políticas Públicas, Ciências Econômicas e
24 pela Engenharia Ambiental e Urbana. O Presidente abriu para comentários. O discente Felipe
25 comentou que sentiu falta de uma disciplina que enfocasse planejamento energético. Professor
26 Derval agradeceu a apresentação e lembrou que a aprovação desse projeto pedagógico é importante
27 uma vez que tal documento será utilizado na ocasião do pedido de reconhecimento do curso. Citou,
28 em linhas gerais, os comentários elaborados pela DAE. Destacou que é importante que o documento
29 contenha as referências básicas e complementares das disciplinas, e sugeriu 3 e 5. Professora Denise
30 informou que a DAE está fazendo uma análise mais profunda dos projetos e que se notaram algumas
31 questões de nomenclatura: por exemplo, não existe turno diurno, e sim matutino. Alertou que não é
32 bom deixar no projeto a ideia de que o curso é 3+1, e que o aluno deve concluir o BC&H para depois
33 fazer a opção de curso específico; na verdade, desde quando o aluno ingressa, já pode cursar as
34 disciplinas do curso específico. Acrescentou que não está sendo utilizado o termo grade curricular, e
35 sim matriz curricular, pois a matriz não é obrigatória, mas sugerida. Comentou que a palavra eixo está
36 sendo utilizada no sentido de ênfase e alertou que o MEC não aceita nenhuma graduação com
37 ênfase. Sugeriu que, mesmo que exista essa orientação de blocos de disciplinas, deve-se deixar claro
38 que o curso não terá ênfase. Comentou que também não está clara a elaboração do TCC, pois que
39 não se sabe se o aluno terá de fazê-lo em temas relacionados com aqueles blocos de disciplinas.
40 Observou que as atividades complementares somam 120 horas, mas não está explícito se são as
41 mesmas 120 horas do BC&H, ou se são horas a mais. Aconselhou retirar do projeto pedagógico a
42 questão da jubilação, pois um grupo de trabalho está estudando uma nova resolução. Por fim, alertou
43 que falta no projeto a questão de infraestrutura e que os documentos de fundamentação legal são
44 todos internacionais, ou seja, não consta nenhum documento de alguma associação brasileira.
45 Sugeriu incluir declarações de associações científicas demonstrando a importância do curso no

ATA Nº 02/2012
COMISSÃO DE GRADUAÇÃO

1 cenário brasileiro. Professor Henrique sugeriu discutir-se com o Bacharelado de Políticas Públicas a
2 disciplina Desenvolvimento Socioeconômico, pois está sendo proposta outra disciplina chamada
3 Desenvolvimento Socioeconômico Brasileiro, e disse, também, que se poderia utilizar a disciplina
4 Economia Brasileira. Professor Daniel Pansarelli comentou que o curso contribui para o
5 fortalecimento na área de humanidades. Sugeriu que seria relevante se as matrizes curriculares
6 pudessem ser pensadas imaginando que haverá espaço para novos cursos, pois o BC&H foi
7 constituído pensando em quatro cursos, mas com apenas três áreas de conhecimento. Questionou
8 em relação à estimativa do tamanho do corpo docente que o curso vai precisar e como a Prograd fica
9 diante do acréscimo de vagas que a Universidade recebe. Comentou que o aumento no número de
10 ingressantes implica no aumento de disciplinas, sendo preocupante a universidade não ter condições
11 em termos de docente e carga didática para atender a essa demanda. O representante técnico-
12 administrativo, Vagner, observou que o estágio foi citado no projeto pedagógico como curricular, mas
13 como não é obrigatório, deverá ser corrigido para não curricular. Observou, também, que a maioria
14 das disciplinas citadas não apresenta o item de recomendação. Professora Fabiana sugeriu que os
15 novos projetos não contenham ênfase. Professor Derval comentou que presidiu um grupo de
16 trabalho que foi nomeado para definir o número de docentes por Centro. Ficou acordado que o
17 cálculo para computar o total de créditos de responsabilidade de cada Centro seria o total de créditos
18 da matriz dos projetos pedagógicos, sem que fossem computadas as ênfases, isso porque se
19 estabeleceu um parâmetro igual entre os Centros. Professora Silvana explicou que o curso não tem
20 ênfase, e que mostrou apenas como foi construído o projeto em 3 eixos. Complementou dizendo que,
21 se isso está criando interpretações, será alterado para evitar conflitos. Explicou, também, que os
22 cálculos em termos de participação de docente estão sendo considerados e que algumas disciplinas
23 serão divididas com outros cursos. Em resposta ao Felipe, afirmou que há algumas disciplinas de
24 opção limitada que tratam da questão de estrutura. Lembrou que, além das dinâmicas territoriais, há
25 um enfoque importante em relação às redes, e isso é um fator de organização e formação de
26 território. Lembrou que foi comentada a questão de planejamento de energia, que seria uma
27 disciplina opção livre. Pediu para o aluno verificar na nova versão o rol de disciplinas de opção
28 limitada que incluem, por exemplo: energia, abastecimento, saneamento ambiental, segurança dos
29 territórios, transporte e mobilidade. Em relação às referências bibliográficas, afirmou que estão
30 completas. Professor Derval afirmou que a Pró-Reitoria de Graduação está à disposição. Solicitou a
31 adequação do documento para passar para a ordem do dia na próxima sessão. Professora Silvana
32 comentou que a matriz será reorganizada para não dar o caráter 3+1 e que o TCC não é por ênfase.
33 Em relação às atividades complementares, irá conferir como está sendo feita a contagem. A questão
34 da infraestrutura não foi definida por falta de informação no que se refere às disposições finais no
35 câmpus SBC. Considerou interessante a questão da documentação nacional a ser incluída no projeto.
36 Lembrou que, embora esse curso otimize recursos, estão previstas vagas para concurso, ou seja, há a
37 perspectiva de novas contratações. Professor Derval lembrou que, na aprovação desse curso no
38 Conselho Universitário, foi apresentada, também, a disponibilidade do MEC no que diz respeito a
39 novos docentes. Lembrou, também, que essa discussão envolve a Comissão de Vagas, os Centros e a
40 Reitoria. Professora Silvana acrescentou que fará uma verificação nas disciplinas sem recomendação.
41 6. Projeto Pedagógico do Bacharelado em Relações Internacionais. Professor Giorgio Romano
42 apresentou o projeto pedagógico que teve origem na plenária do BC&H. Explicou que, para a sua
43 elaboração, além de se levantarem informações dos cursos de RI existentes no Brasil e no exterior,
44 foram consultadas várias publicações acadêmicas a respeito do ensino de Relações Internacionais (RI)
45 no Brasil. Além disso, houve uma conversa com os representantes do MEC, Itamaraty e IPEA.

ATA Nº 02/2012
COMISSÃO DE GRADUAÇÃO

1 Explicou, também, que foi constatada uma demanda para ampliar essa área, e o Brasil está se
2 inserindo a uma velocidade muito maior que a capacidade de acompanhar as oportunidades que
3 estão surgindo. Comentou que todos os professores da UFABC foram convidados para participar de
4 conversas e discussões a respeito do curso e que há um ano e meio foi criado um grupo com
5 professores experientes nessa área, para elaborar tal projeto. Explicou que essa área de estudo é
6 relativamente nova, e que acompanha a trajetória do Brasil. Comentou que se vê um crescimento
7 muito grande desse curso, mas em instituições particulares. A tendência é que, a partir da inclusão do
8 curso no ENADE, a qualidade do curso no Brasil seja outra e a demanda por profissionais mais
9 capacitados aumente. Citou o documento chamado Padrão de Qualidade do MEC, que dá uma
10 diretriz e foi um dos documentos utilizados para criação do curso, além das próprias ideias.
11 Apresentou as disciplinas auxiliares correlatas e chamou atenção para a necessidade da prática de
12 idiomas. Resumiu que isso não é uma obrigação, mas um problema para a UFABC, já que um de seus
13 pilares é a inclusão social. Comunicou que está havendo uma conversa com a Assessoria de Relações
14 Internacionais da Reitoria, uma vez que a Universidade só pode contratar professores doutores. O
15 grupo de professores que elaborou esse projeto achou irresponsável incluir na proposta a
16 obrigatoriedade de se oferecer o ensino de outra língua, uma vez que não temos nenhuma
17 perspectiva de oferecê-lo nos próximos anos. Reconheceu essa necessidade e a disposição dos
18 docentes em ajudar. Disse que, em sua opinião, o BC&H deveria criar um curso de Letras. Apresentou
19 a proposta de ênfase central: a) estudo das dimensões políticas e econômicas da nova inserção do
20 Brasil no sistema internacional, a partir do qual o curso seria desdobrado em quatro áreas de
21 conhecimento; b) formação de profissionais capazes de entender e lidar com os desafios da economia
22 globalizada e a crescente inserção internacional do Brasil e; c) criação de uma identidade de RI na
23 UFABC. Apresentou as 4 áreas de conhecimento: a) Geopolítica da energia e recursos naturais; b)
24 Globalização produtiva, ciência, tecnologia e inovação; c) Integração econômica, política e cultura da
25 América do Sul e; c) Governança Global e relações de poder. Explicou que essas áreas não se
26 propõem a limitar ou restringir, mas dar identidade ao curso e principalmente, à inserção do Brasil
27 nas relações internacionais. Explicou a questão das ênfases, que será revisto, e que antes de
28 apresentar o novo projeto serão incluídos os comentários da DAE. Professor Derval ressaltou a
29 preocupação em relação às ênfases. Vagner solicitou substituir o termo “estágio curricular” por “não
30 curricular” e especificar as recomendações para cada disciplina. Professora Denise solicitou verificar a
31 questão do número de créditos para integralizar as disciplinas de opção limitada do BC&H. Professor
32 Peter ressaltou a preocupação com a falta do ensino de idioma, principalmente para um curso de
33 relações internacionais, justificando que alunos que não falam inglês e espanhol podem prejudicar o
34 andamento do curso. Professor Daniel Pansarelli reforçou que o ensino de línguas também é uma
35 necessidade do curso de Filosofia. Lembrou que havia disciplinas de línguas na proposta original, mas
36 foram retiradas por questões operacionais, e que, com essas demandas mais explícitas, talvez seja
37 essa a oportunidade de retomar essa pauta. Solicitou verificar se o número de alunos ingressantes
38 está coerente com o número de ingressantes informado no edital. Em relação ao questionamento do
39 professor Arnaldo a respeito da adesão deste projeto pedagógico pelos outros cursos, professor
40 Giorgio respondeu que os de maior adesão são Políticas Públicas e Ciências Econômicas. Prof. Giorgio
41 confirmou a informação de que as disciplinas comuns estão no mesmo quadrimestre. Não havendo
42 mais comentários, professor Derval informou que o item 7, proposta de Resolução que regulamenta
43 as normas para a realização de estágio obrigatório dos cursos de Licenciatura da UFABC, será retirado
44 para análise mais aprofundada. O presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão às
45 dezesseis horas e quarenta e três minutos. Do que para constar, eu, Tânia V. Teruel Sywon, secretária

ATA Nº 02/2012
COMISSÃO DE GRADUAÇÃO

- 1 executiva, lavrei e assinei a presente ata aprovada pelo Pró-Reitor de Graduação, professor Derval
2 dos Santos Rosa, e pelos demais presentes à sessão.-----

Tânia V. Teruel Sywon
Secretária Executiva

Derval dos Santos Rosa
Pró-Reitor de Graduação